



Informe UNAFISCO SINDICAL Rio de Janeiro

Boletim nº 159

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2004.

Conselho de Delegados Sindicais pacifica a categoria Indicativos de mobilização foram aprovados por consenso

Os debates travados nos três dias de reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) serviram para reafirmar esta instância como o espaço privilegiado de reflexão e deliberação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. Após dois dias de intensas negociações, os indicativos que serão submetidos à categoria em Assembléia Nacional foram aprovados por unanimidade. Várias DS vinham reclamando que a pauta de reivindicações deveria passar necessariamente por esta etapa, o que ainda não tinha acontecido. O resultado demonstra que a unidade da categoria é fruto da discussão e da democracia no processo decisório.

No primeiro dia do CDS, o que se viu foi uma recuperação da trajetória percorrida desde setembro, quando, pela primeira vez, surgiram boatos de que poderia ser editada, a qualquer momento, uma Medida Provisória concedendo aos AFRF um reajuste, que mais tarde seria batizado de *reajuste emergencial*. A diretoria da DEN apresentou sua visão do processo, as DS que criticaram a condução até aquele momento puderam expor a todos os delegados presentes – 58 do total de 65 DS enviaram representantes – suas divergências. Apesar de realçarem as diferenças, de método e de conteúdo, em todos os discursos a necessidade da união esteve presente. Na abertura, a DEN fez os seus informes, em seguida as DS fizeram o mesmo. Na parte da tarde, o economista da UNICAMP e Secretário Municipal do Trabalho de São Paulo, Márcio Pochmann, fez uma análise de conjuntura. Os delegados fizeram o mesmo na sequência. Ao fim do dia, o clima era de incerteza, mas a cena mudou. O que antes seria um reajuste emergencial dado pelo secretário da Receita Federal, fruto de uma discussão sobre fosso salarial, agora tornara-se um objetivo de campanha que seria alcançado somente com muita luta. Se algum AFRF ainda alimenta a esperança de que somente a negociação entre a DEN e a SRF pode resolver a questão salarial, deve começar a se preparar para botar o bloco na rua a partir de março. Ao longo do CDS, a DEN foi endurecendo o seu discurso e passou a defender abertamente indicativos que apontam para a necessidade de paralisações para pressionar o governo, mesmo quando a reivindicação ainda estava restrita ao reajuste

emergencial.

Na manhã do dia 17, ainda havia inscrições para análise de conjuntura, antes de passar para a discussão de propostas. Já já estava claro que a pauta não poderia se restringir apenas ao reajuste emergencial, algo que a DS/RJ já vinha apontando. A maioria das DS reivindicou que a pauta de reivindicações refletisse a importância dos AFRF, que não poderiam entrar na luta com uma pauta rebaixada. Em resumo, se o SRF quer nos dar um reajuste emergencial, muito bem-vindo. Mas não se pode mover uma categoria da estatura dos AFRF para reivindicar soluções paliativas. O fato é que o chamado reajuste emergencial perdeu esta característica porque vem sendo anunciado desde setembro, mas sem uma perspectiva concreta de encaminhamento por parte do governo. Agora, já nos aproximamos da época de negociar um reajuste que efetivamente se aproxime das aspirações da categoria. O Plano de Carreira está aprovado internamente e os servidores públicos federais preparam sua campanha para abril. O governo reconheceu que precisa da carreira forte para honrar seus compromissos financeiros, conforme relato da presidente da DEN, Maria Lucia Fattorelli, da reunião com o ministro José Dirceu. O quadro mudou.

Ainda na fase da análise de conjuntura, surgiu a proposta de usar um documento elaborado pela DS/Pará para se buscar uma proposta de consenso. O AFRF Olavo Cordeiro, observador eleito na Assembléia, teve papel decisivo. Ele foi o primeiro a perceber que aquele documento poderia ser o fio condutor do entendimento. Olavo propôs e integrou o grupo que alcançou a proposta posteriormente aprovada por unanimidade. Enquanto outros assuntos entravam na pauta, um grupo formado por delegados, DEN e Mesa do CDS para discutir alterações que pudessem contemplar as diversas proposições apresentadas nas discussões. Após quatro horas de trabalho, chegou-se ao melhor resultado possível: uma proposta obtida por consenso dentro do grupo. A votação em plenário consagrou o CDS como o espaço privilegiado para a solução de controvérsias. Foi aprovada por UNANIMIDADE. A carta do CDS à categoria está anexa.

Críticas construtivas surtiram efeito

O desgaste gerado pelas discussões, inclusive ásperas, entre DEN e DS teria sido evitado se a proposta do governo tivesse passado pelas instâncias de decisão da categoria no tempo adequado. Isso agora é passado. Nem mesmo a carta da DS/BH, publicada no dia 16, foi capaz de desviar a atenção do que era fundamental: colocar a campanha salarial nos eixos, em gênero, número e grau.

Após o CDS todos estaremos somando esforços para construir uma mobilização forte, capaz de superar os obstáculos que a conjuntura apresenta. O sentimento que prevalece na DS/RJ é de que a campanha apesar de ser salarial – refletindo-se, obviamente, na remuneração de cada um – tem um aspecto mais elevado: o patamar salarial é uma das determinantes do futuro da carreira, que está sendo jogado sem o nosso time em campo. Vimos atribuições serem perdidas nos últimos meses. Por isso, a DS/RJ defendeu a inclusão do Plano de Carreira e da ressalva sobre atribuições na campanha

salarial. Não se podia admitir que os AFRF entrassem na campanha reivindicando uma remuneração que outra categoria, a dos delegados da Polícia Federal, considera superada. Já tivemos o maior salário do Executivo e é para lá que devemos olhar quando elaboramos nossa pauta de reivindicações. Assim como os delegados da PF, merecemos alcançar a remuneração dos Procuradores do Ministério Público. Também não podíamos simplesmente abandonar a CNESF, da qual fazemos parte, sob pena de nos isolarmos. Era preciso deixar claro ao governo que temos apreço pela carreira e não vamos ceder atribuições em troca de salário. É justamente pelas atribuições que temos o merecimento da remuneração que reivindicamos. Também era preciso deixar explícito que nossos aposentados são AFRF tanto quanto nós. Colhemos aquilo que eles plantaram e não vamos deixá-los para trás. A DS/RJ e as demais DS que puxaram o coro dos descontentes vocalizaram um sentimento que o CDS viria a confirmar.

Mobilização construída pela base

O CDS aprovou um calendário de eventos para mobilizar a categoria e construir com a base o movimento de reivindicação, que será submetido à apreciação da categoria no dia 03 de março, em Assembléia Nacional. No dia 10 de março, haverá nova Assembléia, preparatória para uma Plenária Nacional de Mobilização, em Brasília, nos dias 14 e 15 de março, se aprovado pela categoria. A ocasião, com as discussões ainda mais amadurecidas, servirá para tomar decisões sobre como

agir daí em diante, o que poderão levar, ou não, a iniciar paralisações e/ou greve. Também em Brasília haverá, no dia 16, a Plenária da CNESF para discutir a campanha unificada dos servidores públicos federais. O CDS aprovou, também como indicativo, estabelecer o dia 31 de março como prazo final para que o governo atenda às reivindicações. A partir desta data, caso o governo não responda positivamente, o movimento deve acirrar-se até que surja uma proposta que contemple a categoria.

CONSTRUINDO A MOBILIZAÇÃO

O Conselho de delegados sindicais do Unafisco Sindical reunido em Florianópolis, nos dias 16 a 18 de fevereiro de 2004, com a participação da DEN, decidiu levar à categoria uma proposta de campanha salarial.

Após intenso debate sobre a conjuntura política e econômica, os delegados avaliaram que é inadiável a luta pela conquista de um reajuste salarial e que o momento atual indica que apenas com muita mobilização alcançaremos nosso objetivo. A greve dos peritos do INSS, só após dois meses, rendeu algum fruto e assim mesmo com a duplicação da jornada de trabalho e pagamento do reajuste obtido parcelado em três anos. Os agentes da PF só após uma greve, conseguiram abrir mesa de negociação específica que, até agora não apresentou resultados, levando a categoria à retomada da greve, a partir de 09 de março. Portanto, não há que se alimentar expectativas quanto à generosidade do governo que acaba de contingenciar 6 bilhões do orçamento. O caminho é a luta.

A história mostra que a luta se fortalece com a união. Os servidores federais estão discutindo sua greve para abril. Outras categorias trabalham com a possibilidade de paralisações já na primeira quinzena de março. Por isso, a importância de, além de lutar por nossas bandeiras específicas, participarmos da luta do conjunto dos servidores.

A essencialidade de nossa categoria para o Estado, reconhecida pela Constituição, justifica a decisão do CDS em elevar o patamar de vencimento, sinalizado pela administração da Receita Federal (remuneração do Delegado da Polícia Federal), propondo como referência os vencimentos do Ministério Público Federal, o que está sendo pleiteado pelos próprios Delegados.

Além da questão salarial, o CDS avaliou que é fundamental o encaminhamento imediato do Plano de Carreira com o estabelecimento de cronograma para sua implementação.

Dois princípios devem nortear nossa campanha: garantia da paridade para aposentados e pensionistas e não transferência ou compartilhamento de nossas atribuições.

Em síntese, o CDS decidiu, por unanimidade, propor para a Assembléia Nacional, o que segue:

Eixos Específicos:

- a) Reajuste salarial no maior valor da tabela de vencimentos do Poder Executivo que deverá ser elevada ao patamar do Ministério Público
- b) Encaminhamento imediato do Plano de Carreira com o estabelecimento de cronograma para sua implementação

EIXO GERAL:

PROPOSTA DA CNESF P/ O CONJUNTO DOS SERVIDORES:

Reposição das Perdas Salariais pelo ICV do DIEESE:

- Índice Histórico desde 95- 127%
- Índice Emergencial (pelo STF desde JUN/98)- 50,19%

E demais reivindicações gerais dos servidores públicos federais.

Princípios:

- a) Não transferência ou compartilhamento de nossas atribuições.
- b) Paridade para os aposentados e pensionistas

Pauta de Reivindicações, aprovada por maioria:

- Incorporação das Gratificações
- Reajuste do valor da indenização de ressarcimento à saúde
- Reajuste do valor das diárias
- Reajuste do valor da indenização de transporte
- Maior segurança no trabalho
- Melhores condições de trabalho
- Criação de seguro de vida coletivo
- Pagamento do passivo dos 28,86% e da GDAT dos aposentados e dos demais passivos judiciais e administrativos
- Fim do contingenciamento do FUNDAF
- Fortalecimento da SRF